O BRASIL E OS BRICS: CRESCIMENTO INCLUSIVO, SOLUÇÕES SUSTENTÁVEIS

Edson Tomaz de Aquino¹

William Freitas Daldegan²

Resumo

Este artigo se propõe a discutir a participação do Brasil nos BRICS e como este bloco de países pode atender às pretensões do país em ter papel mais relevante no cenário internacional. Será feita uma breve discussão a respeito da política externa brasileira diante do reordenamento de poder no sistema internacional contemporâneo. Também serão apresentados os principais objetivos comuns que unem os países que compõe o BRICS, tendo como ponto de inflexão os conceitos de “crescimento inclusivo” e “soluções sustentáveis”. Essa discussão se pautará pelo protagonismo que historicamente o país desempenhou na defesa de uma agenda do desenvolvimento e da sustentabilidade, apoiada pelas características perenes da diplomacia brasileira, como a ênfase no universalismo, no pacifismo e no multilateralismo. Por fim, pretendem-se analisar a criação do Novo Banco de Desenvolvimento e seu poder concreto e simbólico na discussão do quadro de poder mundial arcaico, desafios e possibilidades no financiamento a projetos de desenvolvimento, vis a vis o poder de pressão sobre os organismos internacionais, como o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial.

Palavras-chave: BRICS. Fundo Monetário Internacional. Banco Mundial. Crescimento Inclusivo. Soluções Sustentáveis

Classificação JEL: F02

¹ Professor Titular no Centro de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal de Sergipe.

² Professor Substituto no Departamento de Relações Internacionais da Universidade Estadual Paulista Julio de Mesquita Filho. E-mail: william.daldegan@gmail.com

O início do século XXI é marcado por acontecimentos nos planos internacional e doméstico que favoreceram a dimensão Sul na política externa do Brasil.

Em primeiro lugar, a estagnação econômica e a diminuição do Estado enquanto provedor de benefícios sociais levaram ao descrédito popular sobre as políticas macroeconômicas adotadas de forma generalizada pelos países latinoamericanos nos anos 90. Por outro lado, repercutiu na eleição de diversos governos de esquerda na região.

O governo Lula deu novos contornos à política externa brasileira, privilegiando as relações Sul-Sul e devolvendo ao Itamaraty parte de suas prerrogativas que haviam sido repassadas à área econômica.

Lula desenvolve uma intensa agenda internacional, mas como porta-voz de um projeto que transcende objetivos de projeção pessoal e adesão subordinada à globalização. O pagamento da dívida com o FMI simboliza o desalinhamento da política externa em relação ao Consenso de Washington como forma de recuperar a capacidade de negociação. Seu antecessor, Fernando Henrique Cardoso, já vinha desde os anos 70 criticando o desenvolvimentismo e a “herança Vargas” em suas conferências nos Estados Unidos.

No seu discurso de posse, Lula já sinalizava caminhos de sua política externa, ao afirmar que “aprofundaremos as relações com grandes nações em desenvolvimento: a China, a Índia, a Rússia, a África do Sul, entre outros”. E ainda “reafirmaremos os laços profundos que nos unem a todo o continente africano e a nossa disposição de contribuir ativamente para que ele desenvolva as suas enormes potencialidades”. (VIZENTINI, 2005).

De fato, a inovação na política externa brasileira no início do século XXI foi buscar os espaços não ocupados, por opção do governo anterior.

A proximidade de Lula com o sindicalismo e os movimentos sociais conferiam desenvoltura e naturalidade nos discursos sobre as desigualdades sociais, a fome e a necessidade de se construir um mundo mais justo. A aproximação com a África Austral inseria-se no projeto de construção de alianças de “geometria variável”, como o G-3 (Brasil, Índia e África do Sul) e o G-20, constituído por países que defendiam interesses agrícolas nas negociações na OMC.

Somava-se à agenda social a questão da segurança internacional, com os ataques de 11/09. O desprezo dos Estados Unidos pela ONU na “guerra contra

o terror”, com sua ação unilateral no Iraque, mantinha no discurso diplomático brasileiro a necessidade de reformar o Conselho de Segurança da instituição.

E com habilidade, a política externa do novo governo procurava associar desenvolvimento social e econômico com a segurança internacional.

As orientações da política externa desde então sinalizavam para a construção de uma ordem mundial mais pacífica e solidária, com desenvolvimento e justiça social. Enfatizavam também a cooperação internacional, a preservação ambiental e o desenvolvimento sustentável, sinalizando o fortalecimento da via multilateral na política externa brasileira.

A criação do MERCOSUL, em 1991 articulou um polo relativamente autônomo na América do Sul, apesar do perfil neoliberal do processo de integração.

O Brasil, como global trader, articula a criação da ALCSA (Área de Livre Comércio Sul-Americana), que se vincularia à Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul, envolvendo países da América do Sul e da África, numa estratégia de “círculos concêntricos” a partir do MERCOSUL.

Do outro lado do Atlântico a África do Sul extingue seu regime do apartheid racial, que por anos levou o país ao isolamento internacional, com a perda, inclusive, do apoio dos Estados Unidos.

Para o Brasil, portanto, além do MERCOSUL, abriu-se outro flanco de articulação regional. A ideia era criar outro círculo concêntrico em volta do Atlântico Sul pós-Apartheid, tirando proveito das complementaridades existentes e potenciais. Além disso, esta iniciativa amplia o quadro de cooperação Sul-Sul, propiciando alianças estratégicas com potências médias e mercados emergentes.

As articulações regionais do Brasil, envolvendo a África e, de modo ainda mais amplo, o Sul, denotam seu status de potência regional ou, ao menos, seu desejo de consolidação dessa posição.

E ao se indagar qual seria a estratégia que deveria ser adotada para conseguir alcançar o objetivo de tornar o país uma potência, Mattos (2002) considera que a posição do Brasil no planeta já traçou as linhas mestras desta estratégia. Uma larga fachada oceânica no Atlântico e uma extensa fronteira terrestre com dez Estados vizinhos, um espaço geográfico que cobre, praticamente, a metade da América do Sul, o 4º país do mundo em extensão territorial contínua e o 5º em população.

Além dos atributos naturais, os significativos avanços econômicos e sociais alcançados pelo país no primeiro decênio do século XXI deram à política externa a confiança necessária para ampliar seu espaço vital, principalmente no Sul.

A influência direta ou indireta exercida pelos Estados Unidos quanto à transferência de tecnologia dos países centrais aos em desenvolvimento tornou-se um fator relevante nas negociações bilaterais.

Nos anos 80, em razão do fracasso do diálogo Norte-Sul e das dificuldades de relacionamento com os países industrializados, o Brasil buscou reforçar seus vínculos com o Sul, estabelecendo novas parcerias, principalmente com a China. Encaminhada por Geisel, a aproximação com a China se intensifica com Figueiredo, tornando-se parceira comparável à Alemanha, Japão e Estados Unidos já no governo Sarney (CERVO, BUENO, 2002).

Além de acordos comerciais e facilitações de comércio, o adensamento das relações envolveu principalmente cooperação científica e tecnológica, inaugurando parceria em projetos aeroespaciais, principalmente os de satélites de monitoramento climático, agrícola e florestal.

China e Brasil atualmente compõem os BRICS, que inclui também a Rússia, a Índia e a África do Sul. Formam um grupo de países que compartilham algumas características em comum quanto à sua inserção internacional, principalmente quanto ao seu emergente poder econômico. São países de contrastes naturais e culturais, grandes mercados de consumo, capazes de influir na economia global, grandes territórios e grandes populações. O bloco detém cerca de 40% da população do globo, 20% do PIB mundial, alto nível de industrialização e considerável base científica e tecnológica.

A designação “BRIC” surgiu no mercado financeiro internacional em 2001 para referir-se aos “mercados emergentes” aí representados. Em 2008 ocorre a primeira Cúpula entre seus líderes, sob o rótulo do bloco, que se repete anualmente. O “S” da África do Sul foi incluído em 2010, ampliando a sua abrangência geográfica.

No Brasil, ao sediar o encontro de 2014, em Fortaleza, foram criados o NDB - New Development Bank e o CRA – Contingent Reserve Arrangement, mecanismos que podem se tornar complementares ou antagônicos às instituições de Bretton Woods.

Para o Brasil, o bloco reafirma o aprofundamento de relações com os respectivos países, no sentido de se constituírem “parcerias estratégicas”, em um significado amplo.

Além da já tradicional cooperação com a China, uma parceria mais recente tem se delineado com a Rússia. À época de guerra fria, as relações entre o Brasil e a Rússia foram descontinuadas e matizadas pelo ocidentalismo ideológico, ficando praticamente restritas ao comércio. A reconversão da Rússia ao capitalismo despertou as relações bilaterais, por serem dois Estados-pivô, com potenciais tecnológicos e comerciais de países continentais modernos.

Acordos de cooperação, particularmente o espacial, em que ambos são detentores de todo o ciclo, refletem uma nova filosofia ao utilizarem explicitamente o termo parceria estratégica.

Em 2013, os dois países decidiram ampliar a cooperação na área militar, com a criação de grupos de trabalho nos setores de segurança cibernética e espacial, além do estabelecimento de um diálogo político-estratégico nas áreas de defesa e segurança internacional. Os entendimentos entre Brasil e Rússia também envolvem o envio de uma equipe técnico-militar ao país asiático para a finalização de negociações para aquisição de cinco sistemas de defesa antiaéreos de curto e médio alcance.

A intenção em relação à cooperação bilateral com a Rússia vai além da compra eventual de equipamentos militares. Celso Amorim, Ministro da Defesa, afirma que “Queremos buscar uma parceria estratégica voltada ao desenvolvimento tecnológico conjunto” (DEFESANET, 2013).

A incorporação à Força Aérea Brasileira de helicópteros de ataque MI-35 e dos sistemas antiaéreos é um teste para futuros projetos comuns. A realização de grandes eventos esportivos por ambos os países, como as Olimpíadas e a Copa do Mundo, também veio a estimular o intercâmbio de know-how no tema.

Rússia e Brasil também compartilham visões sobre a segurança cibernética, especialmente quanto à necessidade de uma normatização internacional a partir de um acordo global, que assegure a proteção das redes informatizadas e infraestruturas dos países, além do controle do uso de armas cibernéticas.

Em relação à Índia, outro país membro dos BRICS, há que tradicionalmente, a cooperação bilateral tem enfatizava temas como os das patentes e a biotecnologia. O contexto de segurança no sudeste asiático, as relações tensas com o Paquistão e, por vezes, com a China, além das relações especiais com a Rússia e os Estados Unidos, inibiam avanços com países como o Brasil em assuntos estratégicos.

Além do BRICS, Brasil e Índia também são países associados ao IBAS (Índia Brasil e África do Sul), que diferentemente do primeiro bloco, não conta com as potências nucleares que possuem assento permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas, Rússia e China.

Mas é justamente a cooperação nuclear que aproximou Brasil, Índia e África do Sul para uma agenda trilateral ampliada e estratégica. A Índia é uma potência nuclear com arsenal atômico, portanto detém a tecnologia completa do enriquecimento de urânio. O grupo, no entanto, enfatiza que a cooperação seja por objetivos pacíficos, como o uso na medicina nuclear, o uso de isótopos para a preservação de alimentos. A cooperação no ciclo do combustível nuclear também é objetivo do lado brasileiro, que além do significado político, também permite maior autonomia para a incorporação de submarinos nucleares à sua frota.

Nos anos 80, enquanto vigorava o apartheid na África do Sul, havia desconfianças por parte do Brasil quanto ao papel desempenhado por esse país na região austral da África e no Atlântico Sul. O alinhamento de Pretória aos interesses dos Estados Unidos durante a guerra fria alimentava essa desconfiança. A proposta brasileira de constituição da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZPCAS), aceita através da resolução 41/11 da ONU de 1986, pode ser entendida, além de outras motivações, pelas suspeitas nos meios diplomáticos e militares brasileiros de que um suposto programa nuclear sul-africano contaria com a assistência israelense, tendo sido realizado, inclusive, um teste no Atlântico Sul (AQUINO, 2008).

Nesse aspecto, o ingresso da África do Sul no rol dos países democráticos certamente eliminou um dos mais graves fatores de tensão no Atlântico Sul, o apartheid, não apenas por constituir-se numa das mais abomináveis formas de discriminação racial e de supressão de direitos civis, mas porque impedia a construção de mecanismos de diálogo. O fim do apartheid foi precedido pela destruição física dos artefatos nucleares construídos

clandestinamente e pela submissão de todo programa nuclear de Pretória às inspeções da Agência Internacional de Energia Atômica. Afastava-se o risco de proliferação nuclear na região (PEREIRA, 1997).

Desde então, Brasil e África do Sul vem intensificando as ações de cooperação na área de Defesa. São ofertados mutuamente cursos de formação de praças e oficiais em escolas militares dos dois países, realizam exercícios militares conjuntos e desenvolvem projetos comuns de equipamentos de defesa, além de trocas de informações nas áreas de cibernética e de inteligência.

O principal projeto militar bilateral é o míssil A-Darter, de curto alcance, projetado para ser utilizado pela aviação militar dos dois países. O equipamento tem componentes fabricados no Brasil e na África do Sul, com ampla transferência tecnológica e integração entre as indústrias dos dois países. Um míssil de longo alcance também faz parte dos acordos de cooperação entre as duas potências regionais do Atlântico Sul. Brasil e África do Sul, potências regionais do Atlântico Sul, compartilham visões geopolíticas semelhantes, em estágios semelhantes de desenvolvimento e necessidades comuns no campo tecnológico, o que torna a cooperação bilateral estratégica para ambos.

Ao somarem-se com a Índia, através do IBAS, os três países, no âmbito das relações Sul-Sul, embora vistas com desprezo por segmentos mais conservadores da sociedade e do próprio Itamaraty, inovam ao criar uma associação que tem como objetivos a concertação política e a cooperação tecnológica. Tentam criar possibilidades de cooperação diante do monopólio tecnológico exercido pelas grandes potências. Fortalecem, por outro lado, iniciativas por uma reforma no Conselho de Segurança das Nações Unidas, uma aspiração de países em desenvolvimento como os do IBAS.

As reuniões de cúpula, como a ocorrida em Fortaleza, revestem-se de grande importância porque proporcionam a realização de encontros bilaterais, em que se podem estabelecer novos compromissos entre os países, podendo elevar o intercâmbio em diferentes áreas.

A hegemonia dos Estados Unidos que se irradia através das estruturas econômicas e financeiras internacionais não permite uma maior participação dos países emergentes nos organismos tradicionais, apesar do aumento da importância econômica e política que esses países tem tido nos últimos anos.

As interferências, as pressões políticas e o uso dos organismos internacionais para a manutenção do status quo, com a apropriação de suas gestões, são inevitáveis.

As alternativas criadas pelos BRICS poderão oferecer melhores condições de negociação, novas oportunidades de financiamento a projetos de desenvolvimento e maior autonomia nas escolhas econômicas e políticas.

Ademais, explicitam a necessidade de reforma das estruturas herdadas de Bretton Woods, que se tornaram arcaicas com as mudanças que se processam no atual mundo globalizado.

Pois bem, “crescimento inclusivo, soluções sustentáveis” foi o tema da VI Cúpula dos BRICS, ocorrida no Brasil na cidade de Fortaleza entre os dias 14 e 16 de julho de 2014. A temática proposta pelo país anfitrião denota, segundo a presidente brasileira Dilma Rousseff, a atenção dos países do grupo com a necessidade do combate a pobreza e ganhos na qualidade de vida aliado ao crescimento econômico desses. Consta da Declaração de Fortaleza, documento resultante da VI Cúpula, em seu artigo primeiro os seguintes dizeres que endossam a temática do encontro,

[...]Para inaugurar o segundo ciclo de Cúpulas do BRICS, o tema escolhido para as nossas discussões foi “Crescimento Inclusivo: Soluções Sustentáveis”, condizente com as políticas macroeconômicas e sociais inclusivas implementadas pelos nossos governos e com o imperativo de enfrentar desafios à humanidade postos pela necessidade de se alcançar simultaneamente crescimento, inclusão, proteção e preservação. (Declaração de Fortaleza, 2014, p. 01).

Durante o primeiro ciclo de Cúpulas do BRICS, iniciado em 2009, as discussões focaram em como superar diferenças e limitações de seus membros para uma sinergia de ações. A elaboração de estudos, documentos e declarações tiveram por fim reafirmar o interesse dos países em articular uma dinâmica de cooperação entre si e para com os países em desenvolvimento assim como, demarcar espaço no cenário internacional. As ambições da constituição de um grupo autônomo com vistas à fomentar o desenvolvimento internacional sustentável casava com os anseios brasileiros.

A ideia de conciliar crescimento e sustentabilidade é uma constante da política brasileira claramente evidenciada a partir do início do século XXI

com a ascensão do presidente Lula e posteriormente da presidente Dilma Rousseff, sua apadrinhada política.

Todavia, as características dessa política brasileira não se restringem à aspectos internos do país e de seus parceiros no BRICS mas, sim, um esforço brasileiro de consagração de uma política externa que elenca a agenda do desenvolvimento e sustentabilidade como diretriz diante de seus pares no sistema internacional. Considerada como política de Estado, a política externa brasileira há muito toma cuidado com aspectos tais como o pacifismo, o universalismo e a defesa do multilateralismo.

Avesso a conflitos, o pacifismo é característico da diplomacia brasileira visto que desde seu último envolvimento direto – em 1870 quando da Guerra do Paraguai – o país prega a solução de conflitos por meio do diálogo. A importância dada aos fóruns multilaterais atende à valorização de arranjos institucionais, e, assim, do direito internacional, em termos defendidos por Celso Lafer (2001) como juridicismo. Ademais, e de acordo com ex chanceler, características possibilitadas pelo próprio insulamento burocrático do corpo diplomático brasileiro que confere coerência e continuidade da política externa brasileira.

Quando tomado o aspecto universalista como prática da política externa brasileira questões como o declarado interesse brasileiro quanto ao assento permanente no Conselho de Segurança da ONU, a defesa da igualdade de acesso dos países aos mercados e, conseqüentemente, a defesa por organismos multilaterais assim como, a atenção e expansão dada, sobretudo no decorrer dos anos 2000, a acordos bilaterais como parceiros ditos não tradicionais e/ou àqueles situados na periferia sistêmica, torna-se uma tradição da PEB.

Não obstante, tomar como *continuum* o pacifismo, universalismo e a defesa do multilateralismo pode interferir na compreensão da política externa brasileira. Essa sofre alterações e adaptações de acordo com o tempo e momento do sistema internacional, assim como do sistema político interno. (BELÉM LOPES, 2014). Talvez, seja mais apropriado considerar uma mescla de tradições que por vezes impactam no posicionamento brasileiro diante de seus pares no sistema internacional.

É importante ressaltar que após constituinte de 1988, a constitucionalidade dos princípios da política externa brasileira e, conseqüentemente,

a possibilidade de meios constitucionais de controle³ da diplomacia esse insulamento se torna mais poroso, sobretudo a partir do governo de FHC. Adensa-se no período Lula e consubstancia-se em Dilma por vezes considerado um avanço. (FARIA, BELÉM LOPES, CASARÕES 2013; BELEM LOPES, 2014).

Porém, retomando Lafer (2001) a “diplomacia do desenvolvimento”, diretriz desde o período entre-guerras, inaugurada por Vargas, sofre adequações para, segundo ele, uma “diplomacia da globalização” que seria reflexo do como “lidar com o impacto dos tempos da ‘internalização’ do mundo” (LAFER, 2001, p. 122).

Iniciativas engendradas ainda durante o governo FHC em busca de uma maior exposição do país no cenário internacional exemplificado pelo grande número de visitas presidências nos mais diferentes países seja sediando quando eventos internacionais no Brasil, vide Conferência da Terra, demonstra como o país buscava se adequar as dinâmicas globalizantes do sistema internacional. Insere-se ainda nesse contexto de ativa participação brasileira no mundo globalizado a diversificação de parceiros comerciais, sobretudo na África, política valorizada pelo governo Lula, como forma a demonstrar para o mundo um Brasil atento para as demandas internacionais de inclusão de áreas pouco inseridas na economia mundial.

“Diplomacia do desenvolvimento” ou “diplomacia da globalização” o que nota-se diante do posicionamento e possível protagonismo do Brasil no BRICS, conjuntamente a temática do encontro de 2014, é uma busca de, nas palavras da presidente Dilma Rousseff, “desenvolvimento justo e equilibrado, e uma projeção autônoma e soberana (...) comprometidos com a noção de desenvolvimento econômico e social ambientalmente sustentáveis”.

Para um país que nunca usou instrumentos militares em sua política externa moderna, as possibilidades de influenciar os rumos da nova ordem são, hoje, maiores. Uma atitude positiva em matéria de justiça social, ética, direitos humanos e sustentabilidade, conferem ao discurso político necessária legitimidade para a sua projeção.

Sobretudo, atendendo às demandas da diplomacia brasileira assim como da conjuntura sistêmica e situacional, a realização da VI Cúpula em Fortaleza contou com a presença de representantes e chefes de Governo dos

³ Advocacia Geral da União, Assessoria internacional da presidência da república, só para mencionar alguns.

países da América do Sul denotando o interesse dos BRICS em expandir sua influência sem questionar, e, muito pelo contrário, incentivar processos de integração e cooperação, nomeadamente a União das Nações Sul-Americanas (UNASUL).

A aproximação com outros Estados é tomada como forma de aprofundar as conexões comerciais, financeiras culturais e de infra-estrutura, diretrizes similares àquelas defendidas pelo Itamaraty. Ainda, questionamentos são levantados quanto a legitimidade e eficácia dos arranjos de governança internacional diante de crises financeiras ocorridas nos últimos anos. A discussão de uma agenda de desenvolvimento pós-2015 é levantada como forma de representar mais equilibrada e equitativamente à configuração sistêmica atual “capaz de gerar crescimento global mais inclusivo e de proporcionar um mundo estável, pacífico e próspero”. (Declaração de Fortaleza, Artigo 5º, 2014, p. 01).

Considerando a Cúpula de Fortaleza como o início de um novo ciclo do BRICS, os Estados membros do agrupamento defenderam que se o primeiro ciclo foi direcionado ao crescimento e sustentação da economia mundial com distribuição de renda, combate a desigualdade e consecução dos Objetivos do Milênio, o novo ciclo tem como objetivo a sustentabilidade, equilíbrio e vigor do crescimento da economia mundial com vistas ao adensamento da redução da desigualdade. Tal objetivo será alcançado tendo por base as iniciativas adotadas pelos países do BRICS assim como a constituição do Novo Banco de Desenvolvimento, com capital previsto de US\$ 100 bilhões e um Arranjo Contingente de Reservas com capital de igual montante.

Estas iniciativas somadas ao próprio surgimento do BRICS, como agrupamento político e econômico forte, reforça a ideia de que o mundo não é mais o mesmo e que a estruturação do bloco representa a transformação mais importante da política internacional no início do século XXI, “o agrupamento nasce reivindicando a reforma das Instituições Financeiras Internacionais (IFIs) e dos mecanismos de governança global”. (ESTEVES, 2014, p.01). Acrescenta ainda que, a atual estrutura de poder das instituições financeiras internacionais não representam os Estados emergentes, sendo os principais reunidos no BRICS.

Se analisado sob a ótica da teoria do Sistema-Mundo, defendido por Wallerstein (2003), a historicidade do capitalismo é atrelada a acumulação

de capital logo, seria a ascensão das economias do BRICS uma alteração dessa estrutura de acumulação capitalista, reflexo do processo histórico das quais elas são parte integrante? E, a fundação do Banco dos BRICS o consubstanciamento dessa nova estrutura?

A consolidação do BRICS, instituições financeiras internacionais não capazes de atender às demandas da atual conjuntura econômica mundial assim como, a busca por alternativa aos modelos de desenvolvimento pregados pelo Banco Mundial são aspectos que Esteves (2014) defende como fatores que possibilitaram a criação do Banco do BRICS e sua força como alternativa ao centro hegemônico estabelecido.

Contudo, Paulo Esteves (2014) questiona a agenda e definição de desenvolvimento defendida pelo Novo Banco pouco clara assim como, como opção àquela proposta de Banco Mundial.

Para além desses questionamentos e focando na estrutura institucional do mesmo já foi estabelecido acerca de sua sede, em Xangai, sua Presidência pela Índia, o Conselho de Administração do Brasil e o Conselho de Governadores pela Rússia, ao menos nesse primeiro momento. Concomitantemente, o estabelecimento do Arranjo Contingente de Reservas do BRICS, fortalecendo a rede de segurança e liquidez financeira mundial e atuando como complementar aos arranjos financeiros já legitimados. Tanto o Novo Banco quanto o Arranjo Contingente de Reservas disporão de recursos de US\$ 100 bilhões cada um.

Figura 1 – Instrumentos Financeiros do BRICS

Obsta, o capital inicial terá o montante de US\$ 50 bilhões divididos entre os Estados fundadores, ou seja, US\$ 10 bilhões. Essa estruturação de responsabilidades acaba por impactar no equilíbrio de poder econômico dos membros fundadores e difere em síntese do ordenamento e organização das demais instituições financeiras mundiais, leia-se FMI e Banco Mundial.

O Arranjo Contingente de Reserva do BRICS por sua vez, tem por finalidade assegurar possíveis pressões por liquidez e no balanço de pagamentos no curto prazo, fomentando a cooperação e fortalecendo a segurança financeira mundial, segundo a Declaração de Fortaleza.

O documento resultante da Cúpula de Fortaleza é claro ao afirmar o descontentamento dos BRICS com a demora na reforma do Fundo Monetário Internacional. Tal reforma⁴, já adiada, conclama uma melhor distribuição do sistema de quotas e peso dos votos, sem o questionar porém, exigindo uma reestruturação que permita a participação significativa de países emergentes junto às transformações ocorridas no seu relacionamento com Fundo, representado por seu peso no volume de contribuições.

Quanto ao Banco Mundial, são requeridos meios mais democráticos de governança assim como o fortalecimento da capacidade de financiamento do Banco sendo vitais projetos que fomentem o desenvolvimento dos países e a garantia da estabilidade financeira global.

Em recente entrevista concedida ao Democracy Now, o Nobel Joseph Stiglitz afirmou que as instituições financeiras internacionais existentes não dispõem de recursos suficientes para financiar o desenvolvimento mundial tampouco representam a atual estrutura de poder internacional. As reformas das IFI's, discutidas no âmbito do G-20, não foram implementadas devido a dificuldades colocadas por parte do Congresso Americano. Ainda, segundo Stiglitz, a China dispõe de reservas na ordem de US\$ 3 trilhões enquanto o Brasil é exemplo quando da criação de um banco de desenvolvimento próprio capaz de fomentar o desenvolvimento. (DEMOCRACY NOW, 2014).

⁴ Dentre os principais resultados da reforma estão a ascensão da China ao posto de terceiro maior país membro do Fundo Monetário Internacional assim como, Brasil, Índia e Rússia entre os dez maiores, em volume de quotas.

Gráfico 1 - Poder de voto no FMI em porcentagem. Dados coletados de documento disponível em http://www.imf.org/external/np/sec/pr/2011/pdfs/quota_tbl.pdf

Por outro lado e apesar de considerar legítima a criação do Banco do BRICS, o jornal americano The New York Times acredita que muitas respostas ainda terão de ser respondidas e que as diferenças políticas e econômicas dos países membros do agrupamento darão o tom de possíveis contratempos. Segundo o NYT, enquanto a China busca um novo destino para as reservas financeiras acumuladas, Rússia tenta garantir alternativas a potenciais sanções econômicas, devido a disputas no leste europeu. Por sua vez, África do Sul e Índia tentam se desvencilhar das condicionantes impostas pelas FMI e BM e o Brasil culpa os países centrais dos impactos negativos sobre o crescimento mundial com a crise de 2008. (NYT, 2014).

A fundação do novo banco levanta dúvidas quanto à sua capacidade de fomentar o desenvolvimento de infraestrutura e a redução das desigualdades. Com capital significativo, vislumbra-se no Banco do BRICS uma alternativa às condicionantes impostas pelo Banco Mundial. Ainda, um poder maior das economias emergentes quanto ao direcionamento de recursos com o fim de socorrer economias frágeis e tentar evitar oscilações do mercado mundial.

Contudo, a simbologia construída ao redor da estrutura financeira proposta e das articulações do BRICS pode acelerar reformas nas IFI's. Acima de tudo, representa aquilo que Esteves (2014) chama de “Efeito BRICS” ao realçar que o mundo não é o mesmo de décadas atrás.

O surgimento do novo banco, proposto pelos BRICS, em algum momento, talvez seja enquadrado como alternativo às instituições financeiras internacionais herdadas do sistema Bretton Woods, todavia considerar uma transformação do sistema econômico internacional responsável pela alteração da política externa dos Estados do bloco, conforme sugerido por Hermann (1990) seja precipitado. É certo que a iniciativa destoe do que foi posto nos últimos anos quando tangenciado o assunto sistemas de financiamentos de Estados em apuros porém, no próprio discurso da Presidente Dilma Rousseff quando do encerramento da VI Cúpula, o Banco dos BRICS teria como função “complementar os mecanismos financeiros existentes, liberando o Fundo Monetário Internacional para acudir às economias vulneráveis”.

BRAZIL AND THE BRICS: INCLUSIVE GROWTH, SUSTAINABLE SOLUTIONS

Abstract

This article aims to discuss the participation of Brazil in the BRICS and how this group of countries can meet the aspirations of the country of having a bigger role on the international stage. A brief discussion of Brazilian foreign policy before the reordering of power in the contemporary international system is made. Key common goals that unite the BRICS countries, with the inflection point of the concepts of “inclusive growth” and “sustainable solutions”, will also be presented. This discussion will be in line with the role that historically the country has played in defending an agenda of development and sustainability, supported by the perennial characteristics of Brazilian diplomacy, as the emphasis on universalism, pacifism and multilateralism. Finally, it is intended to analyze the creation of the New Development Bank and its actual and symbolic power in the frame of the archaic world power, challenges and opportunities in financing development projects, vis a vis the power of pressure on international organizations such as the International Monetary Fund and the World Bank.

Keywords: BRICS - International Monetary Fund - World Bank - Inclusive Growth - Sustainable Solutions

J.E.L. Classification: F02

1. REFERÊNCIAS

AQUINO, E. T. (2008). A Dimensão do Atlântico Sul na Política Externa e na Defesa do Brasil, dos Anos 70 ao Limiar do Século XXI. Tese de Doutorado apresentada à Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo.

BELÉM LOPES, Davisson. (2014). “Recuo estratégico ou normalização da curva?”. Folha de São Paulo, 17 de março de 2014.

CERVO, A. L., BUENO, C. (2002). História da Política Exterior do Brasil. 2. ed. Brasília: UnB.

DEFESANET.(2013). Brasil e Rússia decidem ampliar cooperação em defesa.16/10/2013. Disponível em: www.defesanet.com.br. Acesso em 22/04/2014.

DEMOCRACY NOW. (2014). “Nobel Economist Joseph Stiglitz Hails New BRICS Bank Challenging U.S.-Dominated World Bank & IMF” Disponível em http://www.democracynow.org/2014/7/17/nobel_economist_joseph_stiglitz_hails_new. Acessado em 24 de julho de 2014.

ESTEVES, Paulo L. (2014). “O efeito BRICS”. Jornal O Globo, 21 de julho de 2014.

FARIA, Carlos; BELÉM LOPES, Dawisson; CASARÕES, Guilherme (2013). “Itamaraty on the Move: Institutional and Political Change in Brazilian Foreign Service under Lula da Silva’s Presidency (2003-2010)”. Bulletin of Latin American Research, v. 32, p. 468-482.

HERMANN, Charles. (1990). “Changing course: when governments choose to redirect foreign policy”. International Studies Quarterly, Vol. 33, 4.

LAFER, Celso (2001). A identidade internacional do Brasil e a política externa brasileira : Passado, presente e futuro. São Paulo : Perspectiva.

MATTOS, C. M. (2002). O Brasil e sua Estratégia. Revista do Centro de Estudos Estratégicos da Escola Superior de Guerra (ESG). Rio de Janeiro.

NYT. (2014). “A Challenge From the BRICS”. The Editorial Board . The New York Times Disponível em http://www.nytimes.com/2014/07/24/opinion/a-challenge-from-the-brics.html?_r=0. Acessado em 24 de julho de 2014.

PEREIRA, A. C. (1997). Brasil, o Reino Unido e a Segurança do Atlântico Sul, na Visão de um Observador Brasileiro. Seminário Brasil-Reino Unido. Rio de Janeiro: IPRI – Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais da Fundação Alexandre de Gusmão (FUNAG), 18 e 19 de setembro de 1997.

VIZENTINI, P. F. (2005). O Mundo pós-Guerra Fria. Porto Alegre: Leitura XXI.